

Licitações na mira de duas ofensivas

Ações desencadeadas ontem pelas polícias Federal e Civil buscaram provas de direcionamento em compras de prefeituras

ADRIANA IRION
adriana.irion@zerohora.com.br

CARLOS ROLLING
carlos.rolling@zerohora.com.br

A Polícia Civil e a Polícia Federal realizaram ontem duas operações contra crimes em licitações, envolvendo a empresa Smart Tecnologia em Comunicações e as prefeituras de Alvorada e Cachoeirinha. As suspeitas são de direcionamento de contratações para a instalação de fibra óptica e para a compra de telas interativas.

Houve buscas nas sedes da Smart, em Lajeado, nas duas prefeituras, em outras firmas que atuam na terceirização de serviços e nas casas dos investigados. A reportagem apurou que, em Alvorada, foram presos o secretário de Administração, Luiz Carlos Telles Lopes, e o coordenador de Tecnologia da Informação do Executivo, Fernando Maciel. Ambos também foram afastados das funções por ordem judicial.

No caso de Alvorada, a investigação foca em contrato de implementação de fibra óptica e de sistema de videomonitoramento. A 2ª Delegacia de Combate à Corrupção (2ª Decor) da Polícia Civil, sob a liderança do delegado Augusto Zenon de Moura Rocha, cumpriu 17 mandados de busca. O negócio, que tinha valor inicial de R\$ 23 milhões, recebeu aditamentos e chegou a R\$ 396,5 milhões.

A apuração começou a partir da denúncia feita por um empresário que concorreu na licitação da fibra óptica, mas foi vencido pela

Smart, em 2019. Ele tentou impugnar o edital, sem sucesso. Depois, teve um recurso administrativo indeferido. Por fim, ingressou na Justiça. Ele alegava que havia especificações excessivas no edital para fazer suposto direcionamento e que a Smart, apesar de vencedora, não atendia a todos os requisitos.

O empresário que tentava impugnar a Smart já mantinha contrato de serviços de informática com a prefeitura e a data de renovação estava próxima. Segundo disse em depoimento, ele teria passado a sofrer pressão de Fernando Maciel. A proposta, que teria sido feita por ordem do secretário Luiz Carlos Telles Lopes, era de que o empresário só teria o contrato renovado se desistisse de questionar a vitória da Smart na Justiça.

Gravações

O empresário cedeu e foi contemplado com a renovação. Mas gravou conversas e registrou mensagens em atas notariais, material que depois embasaria a denúncia.

Logo depois, uma licitação para o mesmo serviço foi aberta em Balméário Pinhal. O empresário percebeu que o termo de referência seria idêntico ao de Alvorada. E a vencedora, mais uma vez, foi a Smart.

Nisso, o empresário teria sido chamado para reunião com Ricardo Giovannella Neto, dono da Smart e também investigado. O objetivo seria firmar parceria entre as duas empresas e evitar que o denunciante, novamente, tentasse questionar a licitação na Justiça.



Equipe cumpriu mandados em endereços no RS (foto) e em SC



Dois agentes públicos foram presos e afastados dos cargos

Um prefeito entre os alvos

O prefeito Cristian Wasem Rosa (MDB), de Cachoeirinha, é um dos alvos da Operação Rêmore, da Polícia Federal, que apura possíveis crimes na compra de telas interativas para as escolas municipais. As autoridades não comentaram o caso, mas a reportagem apurou que mandados de busca e apreensão foram cumpridos na casa de Wasem Rosa e na prefeitura.

A PF investiga a aquisição de 321 telas interativas pela prefeitura de Cachoeirinha ao custo individual de R\$ 32 mil. O valor total do negócio alcançou R\$ 10,2 milhões. Esse equipamento é eletrônico e pode ser usado como substituto do quadro tradicional em sala de aula, com funções de toque para interação com a tela, além da exibição de vídeos, acesso à internet e realização de atividades em aplicativos.

A compra foi feita por adesão à ata de registro de preço do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Taquari (Consisa VTR). Esse procedimento é conhecido como carona e permite que um órgão público aproveite a licitação feita por outro para efetivar compras.

No caso de Cachoeirinha, em setembro de 2022, mesmo mês em que o negócio foi fechado, a Superintendência de Compras e Licitações da prefeitura se opôs via memorando à aquisição por carona. O setor endereçou documento para Wasem afirmando preferência por edital de licitação próprio, "com ampla divulgação

e concorrência". Também foi levantada a possibilidade de o preço praticado por unidade do aparelho da Smart ser desvantajoso aos cofres públicos.

O prefeito respondeu por ofício que o negócio estava amparado pela Diretoria de Tecnologia da Informação do município e por um escritório de advocacia privada que emitiu parecer. Ele mencionou "nesse tipo de aquisição o preço (...) não deve ser único balizador".

Lei

A legislação de Cachoeirinha prevê que, ao fazer compra por carona, a prefeitura poderá adquirir o máximo de 50% dos itens licitados na origem. Como a ata do Consisa VTR cotava a negociação de 600 telas interativas, Cachoeirinha extrapolou o limite (de 300) ao obter 321 unidades.

Wasem era presidente da Câmara de Vereadores e assumiu a prefeitura em abril de 2022, após a cassação dos mandatos do prefeito Miki Breier e do vice Maurício Medeiros. Quando as telas foram compradas, já era prefeito em mandato-tampão havia cinco meses. Eleições suplementares realizadas em 30 de outubro de 2022 tiveram Wasem como vencedor.

GZH
Assista ao vídeo das ofensivas em gzh.rs/operacoes

As investigações

OPERAÇÃO RÊMORA

- A ação da PF apura aquisições de **telas interativas** por prefeituras por meio de adesões à ata de registro de preço. A de **Cachoeirinha** comprou 321 telas por R\$ 10,2 milhões.
- Os federais cumpriram nove mandados de busca. A investigação da PF foi aberta ano passado, depois que o Grupo de Investigação da RBS (GD) publicou série de reportagens sobre compras suspeitas por adesão à ata de registro de preço. Esse procedimento, conhecido como carona, permite que um órgão público aproveite a licitação feita por outro para efetivar compras. Também é objeto da ofensiva a Smart e o seu proprietário, Ricardo Giovannella Neto, que consta entre os alvos de busca.

OPERAÇÃO CONEXÃO

- Buscas na sede da Smart e na casa de Giovannella Neto também foram feitas ontem pela Polícia Civil, que tem outra investigação, envolvendo supostas fraudes na prefeitura de **Alvorada**, em contrato de instalação de rede de **fibra óptica e sistema de videomonitoramento**. O negócio tinha valor inicial de R\$ 23 milhões, recebeu aditamentos e chegou a R\$ 396,5 milhões.
- A 2ª Decor fez buscas em 17 locais, em Porto Alegre, Viamão, Alvorada, Canoas, Lajeado, Guaporé, Nova Prata, Cruzeiro do Sul, Xangri-lá, Maravilha (SC) e Chapecó (SC). Houve dois mandados de prisão temporária de agentes públicos e bloqueio de bens e contas, no valor de R\$ 23 milhões.

Contrapontos

- A Secretaria de Comunicação Social e Relações Institucionais da **prefeitura de Alvorada** diz que, "neste momento, a administração municipal aguarda para conversar com o responsável desta ação e após isso, irá emitir nota oficial".

- A Diretoria de Comunicação Social da **prefeitura de Cachoeirinha** enviou nota em nome do **prefeito Cristian Wasem Rosa**, a qual afirma que ele "não está sendo processado ou há qualquer indício que o relacione com irregularidades". O texto acrescenta que Rosa "abriu sua casa para o processo natural de averiguação" e "que essa atitude foi tomada com a plena certeza de que nada deve e nem tem a esconder, bem como não há qualquer indício de envolvimento, sendo que a adesão foi autorizada em procedimento regular de aquisição e pagamento, após liberação pelo Tribunal de Contas do Estado".

- A reportagem tentou contato com as defesas dos **demais investigados** citados na reportagem, sem êxito ou retorno até o fechamento desta edição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 19